

CARTA DAS ENTIDADES DA EDUCAÇÃO E DAS FRENTES PARLAMENTARES AOS(À) CANDIDATOS(A) À PRESIDÊNCIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Excelentíssimos Senhores(a) Deputados(a) Luiza Erundina, Arthur Lira, Baleia Rossi, Fábio Ramalho, Alexandre Frota, Capitão Augusto, Marcel van Hattem, André Janones

Defender a soberania nacional e rejeitar projetos que revogam direitos e garantias essenciais, entre eles o direito à educação com a sua mais ampla abrangência, é primordial e deve ser objeto de defesa da sociedade. Para tanto é fundamental resguardar nossas escolas públicas, nossas universidades públicas e nossos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Neste contexto, **as Entidades do Fórum Nacional Popular de Educação, associações de reitores e diversas Frentes Parlamentares** avaliam que a próxima Presidência da Câmara dos Deputados precisa se comprometer com esforços políticos e institucionais:

- 1. pela defesa da Constituição Federal, pelo Estado Democrático de Direito, em defesa das instituições republicanas, autonomia e transparência dos órgãos de estado;**
- 2. pela defesa, resgate e materialização do PNE (Lei 13.005/2014),** respeitando as deliberações das Conaes de 2010 e 2014, e da Conape 2018, como epicentro das políticas públicas educacionais, fundamental articulador do Sistema Nacional de Educação (SNE);
- 3. pela defesa da ciência e da pesquisa,** e pela retomada de investimento no sistema de fomento de ciência e tecnologia, nos orçamentos da CAPES, CNPQ e agências estaduais, nos institutos públicos de pesquisa e nas Universidades, com urgente recomposição de seus orçamentos;
- 4. contra os cortes orçamentários, os contingenciamentos, os bloqueios e o sucateamento das Universidades e Institutos Federais (PLP 8/2019), com garantia da regulamentação da assistência estudantil em lei,** inclusive com o compromisso de aportes de recursos federais para as universidades estaduais (PL 1270/2015, PL 3474/2015, PL 813/2020 entre outros);
- 5. pela derrubada dos vetos à Lei Complementar nº 177/2021,** que trata do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT);
- 6. pela garantia de plataforma pública e internet de alta velocidade para todas as instituições de educação básica e superior** públicas do país (PL 3477/2020), com garantia de acesso gratuito aos profissionais da educação e estudantes, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade, com a utilização de recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) e outras fontes;
- 7. pela regulamentação da Escolha Direta de Reitores (PL 589/2019, PL 255/2019 entre outros), com a nomeação dos reitores escolhidos pela comunidade acadêmica;**
- 8. pela regulamentação do SNE e da cooperação federativa na educação,** por lei complementar, destacando-se o PLP 216/19 e o PLP 25/2019;
- 9. pela valorização da escola pública (da Educação Infantil à pós-graduação), das comunidades escolares e da gestão democrática exigindo imediata aprovação de políticas inter setoriais (Saúde, educação, assistência social e Direitos Humanos) garantindo a Estratégia para o Retorno Seguro às Aulas no âmbito do enfrentamento da pandemia do coronavírus (PL 2949/2020) e de ações emergenciais destinadas à educação básica pública a serem adotadas em decorrência da pandemia de Covid-19 (PL 3165/2020);**
- 10. pela aprovação do Piso Emergencial para Manutenção dos Serviços Essenciais** na Lei Orçamentária Anual 2021 para as áreas de saúde, educação, assistência social e segurança alimentar;
- 11. pela regulamentação da gestão democrática (PL 1296/2019) da educação e contra o repasse da gestão das escolas a iniciativa privada;**

12. **por um FUNDEB robusto e permanente**, com uma regulamentação completa (aperfeiçoamento da Lei nº 14113/2020, regulamentando o CAQ e Sinaeb, conforme EC 108/2020), preservando fontes orçamentárias, com os recursos do Salário Educação exclusivamente destinados para os programas complementares, e progressiva ampliação da complementação da União, sem destinação de recursos via políticas meritocráticas ou vouchers;

13. pela garantia da **implantação do Piso Salarial Profissional Nacional**, com incremento real, e de planos de carreira para os/as profissionais da educação das redes pública e privada, com a promoção da necessária valorização dos respectivos profissionais, superando-se as recentes propostas de 'flexibilização' dos critérios na área, bem como os agudos retrocessos que hoje acontecem no setor público e, em especial no setor privado;

14. contra a política de militarização de escolas públicas no Brasil;

15. contra a aprovação de projetos que regulamentem a chamada 'Escola Sem Partido' e suas correlatas 'Leis da Mordaça' (**PL 7180/2014 e apensados**) e a educação domiciliar (**PL 3179/2012 e apensados**);

16. pela efetivação de **reforma tributária fortemente redistributiva**, tributando a renda dos mais ricos, como os lucros e dividendos, grandes fortunas e grandes heranças, viabilizando as condições para mais recursos para a educação e pelo fim do congelamento dos investimentos em áreas sociais, entre elas a educação;

17. pela defesa dos recursos dos Royalties do Petróleo e do Fundo Social do Pré-Sal para o financiamento da educação pública, de gestão pública;

18. contra a flexibilização dos processos formativos e a autorização de todo e qualquer curso de graduação da área da saúde e de formação de professores, ministrado totalmente na modalidade Educação a Distância (EaD);

19. **pela revisão e reaplicação do ENEM** garantido condições seguras e dignas de ingresso no ES a todas e todos os estudantes concluintes do EM;

20. pela **continuidade, ampliação e fortalecimento de ações e políticas que digam respeito às especificidades da educação do e no campo, educação quilombola, educação especial em uma perspectiva inclusiva, educação escolar indígena, educação de pessoas em situação de itinerância, educação de jovens, adultos e idosos, educação de pessoas LGBTQI+ e educação nas prisões**, entre outras, com políticas afirmativas que elevem a condição cidadã destes brasileiros e brasileiras historicamente marginalizados e impedidos de exercer seus direitos constitucionais, inclusive à educação.

Precisamos fortalecer a confiança nos/as professores/as e demais profissionais da educação, na democracia e na ciência, nos estudantes e nas comunidades acadêmicas e escolares, visando a materialização de processos formativos e avaliativos contextualizados e vinculados a projetos educativos democráticos e emancipatórios, contrapondo-se, portanto, ao negacionismo e ao autoritarismo. Por isso, também, precisamos recusar qualquer redução do currículo à resultados apreendidos em testes padronizados e à centralidade conferida à avaliação como medida de resultado e instrumento de controle, ranqueamento, concorrência e competitividade no campo educacional e institucional.

A educação nacional, pública (com gestão pública), gratuita, laica, democrática e de qualidade social, em todos os níveis e modalidades, é o sustentáculo das sociedades democráticas e soberanas. Portanto, não podemos permitir ainda maiores ataques, em favor de benefícios aos que vivem de renda do capital financeiro, em detrimento dos serviços públicos essenciais de qualidade de que a imensa maioria dos brasileiros necessita e que, com os últimos governos e suas iniciativas, estão sendo destruídos.

Ratificamos a defesa irrevogável do Estado democrático de direito em sintonia com a defesa da CF de 88, do PNE e da urgência de um consenso republicano para garantir acesso, acessibilidade e condições de permanência para todas e todos à educação nacional, pública e de gestão pública, gratuita, inclusiva, laica, democrática e de qualidade social em diálogo com os movimentos sociais e respeito aos Direitos Humanos.

FÓRUM NACIONAL POPULAR DE EDUCAÇÃO

FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA **ESCOLA PÚBLICA E EM RESPEITO AO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO**

FRENTE PARLAMENTAR PELA **VALORIZAÇÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS**

FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DO **PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**

FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DOS **INSTITUTOS FEDERAIS**

FRENTE PARLAMENTAR DE **INCENTIVO À LEITURA**

FRENTE PARLAMENTAR MISTA PELA **EDUCAÇÃO NO CAMPO**

FRENTE PARLAMENTAR MISTA DE **PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

FRENTE PARLAMENTAR MISTA DE ENFRENTAMENTO À **VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS**

FRENTE PARLAMENTAR DE APOIO AOS **CONSELHOS PROFISSIONAIS DE CLASSE**

ABDC – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO CURRÍCULO

ABGLT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS

ABRAPEC - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS
AÇÃO EDUCATIVA

ABRUEM - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS REITORES DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS E MUNICIPAIS
(ABRUEM)

ANAJUDH-LGBTI - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JURISTAS PELOS DIREITOS HUMANOS LGBTI

ANDES - SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

ANDIFES – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO
SUPERIOR

ANFOPE – ASSOCIAÇÃO NACIONAL PELA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

ANPAE – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO

ANPED – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO

ANPG – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PÓS-GRADUANDOS.

ANTRA - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS

ASSINEP – ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO INEP – ANÍSIO TEIXEIRA.

CAMPANHA – CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO

CEDES – CENTRO DE ESTUDOS EDUCAÇÃO & SOCIEDADE

CFFA – CONSELHO FEDERAL DE FONOAUDIOLOGIA.

CFP – CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

CNTE – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO

CONAM – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES

CONFETAM – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL.

CONIF – CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL,
CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

COMITÊ POPULAR ESTADUAL DE ACOMPANHAMENTO DA CRISE EDUCACIONAL NO RS

CONTAG – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA
CONTEE – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO
CTB – CENTRAL DE TRABALHADORES E TRABALHADORAS DO BRASIL.
CUT – CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES
FASUBRA – FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES DE UNIVERSIDADES BRASILEIRAS
FDE - FÓRUM DISTRITAL DE EDUCAÇÃO
FEE/BA - FÓRUM ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DA BAHIA
FEE/AM – FÓRUM ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO AMAZONAS
FEE/CE - FÓRUM ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO CEARÁ
FEE/MS - FÓRUM ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO MATO GROSSO DO SUL
FEE/MG - FÓRUM ESTADUAL PERMANENTE DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS
FEE/PA - FÓRUM ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO PARÁ
FEE/PB - FÓRUM ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DA PARAÍBA
FEE/MG – FÓRUM ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS
FEE/PE - FÓRUM ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE PERNAMBUCO
FEE/RJ - FÓRUM ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO
FEE/RN - FÓRUM ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE
FEPE/ES - FÓRUM ESTADUAL POPULAR DA EDUCAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO
FEPE/SC - FÓRUM ESTADUAL POPULAR DE EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA
FEE/MA - FÓRUM ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO MARANHÃO
FINEDUCA – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISADORES EM FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO.
FITE – FEDERAÇÃO INTERESTADUAL DE TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA.
FITRAENE/NE – FEDERAÇÃO INTERESTADUAL DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTO DE ENSINO PRIVADO DO NORDESTE.
FORPIBID/RP – FÓRUM NACIONAL DOS COORDENADORES INSTITUCIONAIS DO PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA E RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA
FÓRUM EJA – FÓRUMS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO BRASIL
FORUMDIR – FÓRUM NACIONAL DE DIRETORES DE FACULDADES, CENTRO DE EDUCAÇÃO OU EQUIVALENTES DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS
IDECA - INSTITUTO DIÁLOGOS DO ECA
LAEDH/CPPII - LABORATÓRIO DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS DO COLÉGIO PEDRO II
MIEIB – MOVIMENTO INTERFÓRUMS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO BRASIL
MNEM – MOVIMENTO NACIONAL EM DEFESA DO ENSINO MÉDIO
MNU – MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO
MST – MOVIMENTO DOS SEM TERRA
OLÉ/UFF - OBSERVATÓRIO DA LAICIDADE NA EDUCAÇÃO
PCESP - COLETIVO PROFESSORES CONTRA O ESCOLA SEM PARTIDO
PROIFES/FEDERAÇÃO – FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE PROFESSORES E PROFESSORAS DE INSTITUIÇÃO FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DE ENSINO BÁSICO TÉCNICO E TECNOLÓGICO
RED ESTRADO – REDE LATINO-AMERICANA DE ESTUDOS E POLÍTICAS SOBRE TRABALHO DOCENTE
SBEM - SOCIEDADE BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA
SBENBIO – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE BIOLOGIA
SBENQ - SOCIEDADE BRASILEIRA DE ENSINO DE QUÍMICA
SBPC - SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA
SBS - SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA
UBES – UNIÃO BRASILEIRA DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS
UBM – UNIÃO BRASILEIRA DE MULHERES

UNCME – UNIÃO NACIONAL DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO
UNE – UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES